

A razão de ser do acordo é o item 2, que é a Emenda Aglutinativa de nº 2. Do contrário, não haveria nenhuma votação, nenhum acordo, nenhuma aprovação, porque haveria a verificação de presença e de votação continuamente.

Foi feito, então: “Em votação o item 2, Emenda Aglutinativa nº 2”. Foi colocado em discussão e em votação e foi aprovado. Ficou prejudicada a emenda nº 1. Foi aquilo que a Assembleia Legislativa construiu.

Do contrário, não haveria número suficiente para aprovação do projeto. O ótimo é inimigo do bom. É o que foi conseguido.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a iniciar-se cinco minutos após o término desta sessão, com a finalidade de produzir a redação final do PLC nº 6, de 2013.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 4 minutos.

6 DE AGOSTO DE 2015
75ª SESSÃO ORDINÁRIA
Presidentes: ANALICE FERNANDES, JOÃO PAULO RILLO e CARLOS GIANNAZI
Secretário: JOOJI HATO

RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - ANALICE FERNANDES Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca sessões solenes: com a finalidade de "Homenagear o Sr. Marcelo Cotrim, fundador da Associação Espiritualista 'O Caminho dos Essênios' e apresentador do programa 'Entrevistas' da Rádio Mundial", a realizar-se em 11/09, às 20 horas, por solicitação do deputado Cauê Macris; e para "Comemorar os 65 anos da AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente", a realizar-se em 14/09, às 20 horas, por solicitação da deputada Célia Leão.
2 - ANTONIO SALIM CURIATI Defende a redução do número de deputados e partidos políticos, que afirma ser necessária para a governabilidade do País e para o melhor funcionamento da democracia. Propõe reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal, por considerar ambos desatualizados. Diz ser preciso restaurar o equilíbrio entre os Poderes. Crítica o custo elevado da atividade parlamentar no Brasil.
3 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES Parabeniza o deputado Antonio Salim Curiati pelo seu pronunciamento.
4 - CARLOS GIANNAZI Informa que o Executivo estadual descumpre ordem do STF, que determina o pagamento, aos professores, do salário relativo aos dias em que a categoria se manteve em greve, no primeiro semestre deste ano. Acusa o governo de dificultar a reposição das aulas. Discorre sobre suposta ameaça de extinção da licença-prêmio, que causou preocupação entre as entidades representativas dos servidores públicos.
5 - CORONEL TELHADA Afirma que a Rota, em seu enfrentamento ao crime organizado, presta um serviço à população. Parabeniza o coronel Xavier, que deverá assumir, hoje, o comando do policiamento ambiental do estado. Comenta a importância do combate ao desmatamento e à caça e à pesca ilegais. Menciona a crise hídrica pela qual passa São Paulo. Declara que os problemas enfrentados pela Segurança Pública irão se agravar, se as autoridades não tomarem providências.
6 - JOOJI HATO Lembra que hoje se completam 70 anos do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima. Defende o banimento das armas nucleares, as quais considera uma ameaça à humanidade. Descreve evento em homenagem às vítimas, em que o atual prefeito da cidade pediu que se faça um esforço mundial contra a proliferação de armas atômicas. Afirma que a luta pela paz mundial é um dever de todos.
7 - LECI BRANDÃO Relata encontro, do qual participou, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, organizado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina. Tece elogios à presidente da entidade, Rosmary Corrêa. Parabeniza a União Brasileira de Mulheres por seus 27 anos de existência. Menciona visita, ao seu gabinete, de entidades representativas dos jornalistas e funcionários da TV Cultura.
8 - LUIZ CARLOS GONDIM Discorre sobre a situação, que considera grave, dos reservatórios do Alto Tietê. Propõe uma campanha intensa de conscientização da população para a economia de água. Informa que a obra de transferência do Rio Itapanhá para a represa em questão está paralisada por decisão judicial. Comemora a assinatura de convênio entre a Prefeitura de Santa Isabel e a Sabesp, que possibilitará a substituição da tubulação de amianto utilizada na rede de esgoto da cidade.
9 - CARLOS GIANNAZI Informa que o PLC 6/13 foi aprovado, em 05/08, nesta Casa. Faz ressaltas ao texto final da proposutura, definido por emenda aglutinativa apresentada pelo Governo. Afirma que lutará pela aprovação do PLC 56/13, que implanta nível universitário para oficiais de Justiça. Rebate as justificativas apresentadas pelo governo estadual, contrário à aprovação. Crítica o PLC 25/13, que, a seu ver, enfraquece a Procuradoria-Geral do Estado.
10 - CARLOS GIANNAZI Solicita a suspensão dos trabalhos até as 15 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
11 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES Defere o pedido e suspende a sessão às 15h23min.
12 - JOÃO PAULO RILLO Assume a Presidência e abre a sessão às 15h33min.
13 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência.
14 - JOÃO PAULO RILLO Pelo art. 82, discorre sobre a importância, a seu ver, da aprovação do PLC 6/13. Comenta a luta da categoria, há mais de um ano, para a apreciação da matéria. Ressalta o apoio do presidente Fernando Capez, a quem agradece por ter pautado o projeto.
15 - JOÃO PAULO RILLO Pelo art. 82, lembra impasse ocorrido entre o ex-deputado Vicente Cândido e a deputada Célia Leão. Discorda de crítica a Vicente Cândido, acusado por deputados do PSDB, de praticar ato discriminatório e preconceituoso contra a parlamentar.
GRANDE EXPEDIENTE
16 - JOÃO PAULO RILLO Defende-se de acusações, por parte de deputados tucanos. Repudia participação do senador Ronaldo Caiado no programa Roda Viva. Apresenta vídeos do senador Aécio Neves ofendendo oponentes mulheres. Mostra foto de cunho preconceituoso, envolvendo deficiência física do ex-presidente Lula. Considera que a oposição desta

Casa confunde debate político com ataques pessoais. Faz críticas ao deputado Cauê Macris. Lê trecho da música "Faroeste Caboclo", da banda Legião Urbana. Comenta o momento delicado pelo qual passa o País. Discorre sobre a corrupção no setor público, que, em sua opinião, envolve personalidades de vários partidos. Comenta a prisão de José Dirceu. Opina que a falência das empreiteiras brasileiras é do interesse de grandes construtoras internacionais. Fala sobre a relação entre medo e coragem.

17 - JOÃO PAULO RILLO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

18 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 7/8, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convivo o Sr. Deputado Jooji Hato para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - JOOJI HATO - PMDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência, atendendo à solicitação da nobre deputada Célia Leão, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra “r”, da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 14 de setembro de 2015, às 20hs, com a finalidade de comemorar os 65 anos da Associação de Assistência à Criança com Deficiência.

Nos mesmos termos, atendendo à solicitação do nobre deputado Cauê Macris, líder do governo, convoca V. Exas. para uma sessão solene a realizar-se no dia 11 de setembro de 2015, às 20 horas, com a finalidade de homenagear o Sr. Marcello Cotrim, fundador da Associação Espiritualista “O Caminho dos Essênios” e apresentador do programa “Entrevistadas”, na Rádio Mundial.

Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Sra. Presidente, nobre deputada Analice Fernandes, que substitui honradamente o presidente desta Casa, deputado Fernando Capez. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, e prezados amigos Dr. Francisco Mathias Chad, médico de Aparecida; Jonathan Mattar, empresário em São José dos Campos; ex-prefeito Antonio Germani, de Mairinque e Tralli Camargo, que hoje estiveram no meu gabinete. Srs. funcionários e demais presentes.

Hoje gostaria de me pronunciar sobre temas que julgo da mais alta importância para o aperfeiçoamento da nossa democracia. O primeiro deles está relacionado com a governabilidade do País e as condições de funcionamento do Congresso Nacional. Preocupa-me um Parlamento com tantas cadeiras e um funcionamento incompatível com a velocidade exigida pelo nosso regime. Quando deputado federal, elaborei uma emenda reduzindo o número de deputados de 513 para 218, mas também julgo importante que seja reduzido o número de representantes nos demais Poderes.

Na mesma linha de pensamento, entendo ser necessária a redução do número de partidos políticos em funcionamento no Congresso. Nesse sentido, apresentei a Moção nº 25, de 2015, que tramita nesta Assembleia, alterando para cinco o número máximo de partidos, como existem nos diferentes países do mundo. Por outro lado, tenho me empenhado na luta pela reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal. Em relação ao primeiro, apresentei a Moção nº 39, de 2014, aprovada em outubro do ano passado, e naquela oportunidade ressaltei que o Código Penal Brasileiro, vigente desde 1940, requer urgente atualização. O antigo código, alterado inúmeras vezes, convive com uma legislação confusa, superada, produzida ao longo de 70 anos. É de admirar, Sra. Presidente, que não mais responde às funções básicas de uma codificação legislativa. No entanto, de nada adianta reformar o Código Penal Brasileiro sem a correspondente adequação da lei processual. De fato, o Código de Processo Penal padece do mesmo mal que a lei penal material. Ademais, esta somente representará efetiva garantia à sociedade brasileira, desde que aquela possa viabilizar a tão desejada justa e veloz tramitação dos processos que andam a passos lentos. Diria até baixinho, passos de cágado.

Apresentei, em abril deste ano, a Moção nº 24, de 2015, que apela aos deputados federais a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de lei do Senado, nº 156, de 2009, que revoga o atual Código de Processo Penal Brasileiro e institui um novo, seja apreciado e aprovado com a maior brevidade possível.

Estamos falando de um trabalho geral dos poderes no sentido de procurar resolver nossa democracia.

Por derradeiro, não posso deixar de mencionar a necessidade do equilíbrio entre os poderes. Não se trata de exigir equiparação do ponto de vista orçamentário, o que, evidentemente, não é possível. A solução desse problema, sobre o qual se debruçam os cientistas políticos, com certeza reside nas vozes e votos dos próprios parlamentares.

Portanto, conclamo os colegas para que, juntos, possamos explorar todas as potencialidades do parlamento paulista. Isso independe da ampliação da nossa fatia do bolo orçamentário. Pelo contrário, talvez seja possível fazer mais com menos. Convém lembrar que o custo da atividade parlamentar no Brasil é elevado quando comparado com o de outras democracias, especialmente as mais estáveis, conforme revela estudo da Organização das Nações Unidas ao reunir dados de 110 países.

São essas as considerações que, hoje, apresento aos meus pares no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do regime democrático.

Muito obrigado a todos! Saúde!

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Saúde a V. Exa., deputado Antonio Salim Curiati. Quero dizer que é uma satisfação ouvi-lo neste plenário e tê-lo no 11º mandato, contribuindo, colaborando e nos ensinando a cada dia.

Parabéns pelo seu vigor e pela maneira com que conduz a vida pública com maestria, com sabedoria e com bastante rigor.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçoene. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Vanessa Damo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler.

(Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de retomar um assunto que tenho pautado e discutido toda semana nesta nossa volta do recesso parlamentar, que é referente ao descumprimento de uma ordem judicial pelo Governo do estado.

O Governo está descumprindo uma ordem do Supremo Tribunal Federal, refiro-me ao pagamento dos dias parados para os professores que fizeram uma paralisação histórica, de 92 dias, no semestre passado, denunciando a falta de investimento em Educação Pública, a superlotação de salas, o fechamento de salas, o corte no Orçamento da Educação, o arrocho salarial e, sobretudo, as péssimas condições de trabalho.

Foram 92 dias de greve e o governo estadual descontou os dias parados, agredindo a legislação e a Constituição Federal, que garante o pagamento desses dias em um processo de paralisação, de greve. É o que determina a Constituição Federal.

É um absurdo. A legislação é muito clara. O professor, quando está em greve, tem o seu contrato de trabalho suspenso. Ele não está faltando. Não é uma falta normal, mas sim a suspensão de seu contrato, é uma luta política por melhores salários.

No entanto, o governo desrespeitou e descontou o salário dos professores. A Apeoesp entrou com uma ação na Justiça e, logicamente, ganhou em última instância, no Supremo Tribunal Federal. Tínhamos certeza de que iria ganhar, pois é o que determina a legislação.

Contudo, o governo estadual não está cumprindo essa decisão. Isso é um absurdo. Trata-se de um governo que viola toda a legislação estadual e federal. É um governo que não respeita a lei da jornada do piso, a data-base salarial dos servidores e não cumpre o Plano Nacional de Educação, em sua meta 17, e a LDB. Agora, não está cumprindo uma ordem judicial do Supremo Tribunal Federal.

Não é à toa que a própria Apeoesp já entrou com uma petição, pedindo uma intervenção federal e a prisão do governador Geraldo Alckmin e do secretário da Educação por descumprimento de ordem judicial. É o que determina a legislação. É um absurdo que os professores não tenham o pagamento dos dias de greve.

Além disso, gostaria de frisar que o governo estadual está dificultando o processo de reposição de aulas. Os professores estão tendo muitas dificuldades para reporem suas aulas, sendo assediados por supervisores e dirigentes de ensino. Portanto, muitos obstáculos estão sendo criados para que não haja a reposição, o que prejudica os alunos e os próprios professores.

Gostaria de fazer essa denúncia na tribuna da Assembleia Legislativa. O governo descumpre a ordem judicial, só pagou o mês de maio e não está pagando os outros dois meses (março e junho). Isso é um absurdo total. Queremos providências imediatas para que os professores tenham o pagamento desses dias parados, até porque eles estão repondo esses dias. Assim, têm o direito de receber.

Gostaria ainda de levantar outra questão importante, referente a um boato que está sendo ventilado e discutido nas redes sociais. Refiro-me a minutas de decretos e a minuta de um projeto de lei complementar, extinguindo e alterando a licença-prêmio dos servidores.

A licença-prêmio é uma conquista histórica dos servidores do estado de São Paulo, garantida pelo estatuto do funcionalismo público estadual, que é uma lei de 1968, a qual está em pleno vigor.

Tivemos acesso a essas minutas, mas não sei se elas são falsas. Só sei que as entidades representativas de todo o funcionalismo estão extremamente preocupadas. Afinal, há essa onda conservadora de retirada de direitos dos trabalhadores. É isso que está ocorrendo com esse ajuste fiscal que desajusta toda a sociedade. Tal ajuste acontece tanto em âmbito federal, com o governo Dilma, quanto em âmbito estadual, com o governo Alckmin.

Podemos ter perdas. Estamos vendo o arrocho salarial. Nenhuma categoria está conseguindo nada em São Paulo. O governo Alckmin está tratando a pão e água todos os servidores e todas as categorias profissionais. Agora, com essa desculpa do ajuste fiscal e da queda da arrecadação, o governo coloca em curso a retirada dos direitos dos trabalhadores e servidores do estado de São Paulo.

Estamos atentos, vigilantes e preocupados com essa possibilidade da retirada da licença-prêmio dos servidores do estado de São Paulo. Peço a atenção de todos os parlamentares para que possamos vigiar e não autorizar e não votar nenhum projeto que retire qualquer tipo de benefício ou conquista dos servidores do estado de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Alesp, todos que nos assistem pela TV Assembleia, hoje, pela manhã, passei pelo Batalhão Tobias de Aguiar, a Rota, para levar um abraço dos deputados e cumprimentar o comandante, o tenente-coronel Gasparian, e também alguns homens daquela tropa pelo serviço diário que eles têm prestado à Polícia Militar e à população de São Paulo no combate à criminalidade, especificamente no combate ao crime organizado, que é um câncer que assola nossa sociedade.

Precisamos ter homens e mulheres dispostos a enfrentar esse problema. O enfrentamento só pode ser de frente, não é, deputada Leci Brandão? Não é possível enfrentar de costas. Quando falamos “enfrentar de frente”, estamos sendo redundantes, mas é a grande realidade. É preciso enfrentar de maneira forte, correta e legal o crime que assola nossas ruas e nossa sociedade.

Também gostaria de comunicar que, tão logo saia desta tribuna, vou me deslocar até a Secretaria de Agricultura, onde o coronel Xavier vai assumir o Comando de Policiamento Ambiental.

Para quem não sabe, a Polícia Militar possui um Comando de Policiamento Ambiental. Ele possui quatro batalhões e é responsável pela guarda, pela fiscalização da nossa fauna e flora e pelo combate à caça ilegal, à pesca ilegal e ao desmatamento. Enfim, é um serviço muito importante. Costumo dizer que se trata de uma polícia do futuro, pois mexe com a ecologia, um assunto com o qual todos nós, seres humanos, temos que nos preocupar. Estamos sofrendo uma grave crise de água em nosso estado, em nosso país, quiçá no mundo, e precisamos voltar nossos olhos a esse problema.

Há 30 ou 40 anos, muitos ecologistas falavam do problema do planeta, do desmatamento, da necessidade de nos preocuparmos com a natureza, mas nós não tivemos essa preocupação. Hoje, estamos pagando um preço caríssimo com a falta de água. Mas ainda dá tempo de salvar o nosso planeta se pudermos voltar os nossos olhos para esse problema, e a Polícia Ambiental tem essa função de trabalhar na fiscalização da nossa flora e da nossa fauna. Muitas ilegalidades são cometidas por caçadores que fazem brutalidades e cometem crimes diariamente na caça ilegal.

Também gostaria de dar ciência a toda Casa que hoje de manhã estivemos no 8º Distrito Naval aqui em São Paulo. O vice-almirante Wilson Pereira de Lima Filho, que era comandante do Distrito Naval, foi transferido para o Rio de Janeiro, assumindo então um novo comandante, o vice-almirante Glauco Castilho Dall’Antonia.

Estive lá com o nosso presidente Fernando Capez e tomei a liberdade de passar um abraço ao novo comandante Dall’Antonia em nome de todos os Srs. e Sras. Deputados, dizendo que esta Casa sempre estará à disposição da legalidade, junto com as nossas Forças Armadas e forças de segurança para fazer um Brasil mais forte e melhor, um estado mais forte e melhor.

Gostaria de trazer essas notícias a esta Casa. Hoje, graças a Deus, pelo menos até o momento, não fui informado sobre nenhuma morte de policial no estado de São Paulo. Peço a Deus que não ocorra mais esse tipo de violência. Infelizmente, quase diariamente temos tido notícias desagradáveis.

Como falei da água e da ecologia, gostaria de falar sobre o problema da Segurança também. Estou na Polícia Militar há 36 anos, 33 anos de serviço ativo e três como aposentado, e sempre falo que precisamos ter muita cautela com a nossa Segurança Estadual e do Brasil, pois estamos às vésperas de uma calamidade. Já estamos passando por problemas muito difíceis no Brasil. Não vou criticar “A” ou “B”, pois acho muito chato vir à tribuna e ficar falando mal do PT, do PSDB, do PCdoB... Acho que é um negócio muito desagradável. A população não é boba, ela acompanha as coisas pelos jornais e sabe quem é responsável ou não pelos problemas.

Outro dia, vi aqui um deputado xingando outro de fascista e achei de uma falta de classe, de uma falta de ética tremenda. O deputado Cauê Macris foi ofendido aqui. Achei aquilo falta de classe, principalmente vindo de outro deputado eleito para fazer a legalidade, não esse absurdo. Mas, enfim.

Já de há muitos anos, como policial militar, quando eu era entrevistado, falava que precisávamos ter cuidado com a segurança. O nosso decano, o deputado Antonio Salim Curiati, já era prefeito, já tinha uma história dentro da nossa política - lembro de V. Exa. quando menino ainda, já trabalhando - sabe do que estou falando. Há muitos anos venho alertando para os problemas na área da segurança e a sociedade, as autoridades não dão o devido valor.

Sinto dizer que o que aconteceu com a natureza vai acontecer com a segurança. Cada vez mais problemas surgirão, mais famílias chorarão, a sociedade irá se deprecar cada vez mais com os problemas que irão aparecer. Problemas que não tínhamos há 30, 40 anos, serão criados por nós mesmos.

Se a sociedade não acordar para os problemas na área da segurança, chegará o dia em que não teremos mais segurança, como não estamos tendo água agora. E não vai adiantar chorar. Outro dia um dos nossos deputados médicos, o colega Jooji Hato, disse que não adianta dar aspirina para quem tem câncer. Para tratar de um câncer, só remédio forte. Não adianta pensar segurança com ideias retrógradas. Temos de tomar medidas enérgicas e corretas para colocar a nossa sociedade nos eixos novamente, porque temos filhos, netos, alguns já têm bisnetos e sabemos que esses jovens estão nas ruas à mercê, infelizmente, do crime e com uma Polícia amarrada para trabalhar.

Precisamos inventar essa situação e a nossa função é essa: trabalhar nesse sentido e para tanto peço o apoio de todos os colegas deputados.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, nossa caríssima deputada Analice Fernandes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, 70 anos atrás num país-irmão do outro lado do globo terrestre, o Japão, uma população inteira foi alvo do primeiro bombardeio atômica: primeiro na cidade de Hiroshima e logo depois na cidade de Nagasaki.

No dia 6 de agosto, às oito horas de uma manhã ensolarada, irradiante, crianças mulheres, homens, foram vítimas de um ataque devastador. O ataque não foi para os militares, o ataque foi geral.

Um avião americano, o Enola, levando a bomba atômica, às 8 horas da manhã, 15 minutos e 17 segundos, lançou em cima de Hiroshima e Nagasaki arrasando as cidades. Mais de 200 mil pessoas morreram. Um fato muito triste, que o mundo não esquece.

Ontem à noite, às 20 horas e 15 minutos, o Japão lembrou os 70 anos do bombardeio atômico. Estavam presentes a embaixadora americana Caroline Kennedy e mais de cem representantes do mundo inteiro orando para que as armas atômicas sejam banidas do nosso planeta. Se essas armas forem utilizadas, certamente destruirão o planeta Terra. Infelizmente temos malucos que não entendem isto. O Brasil é um país pacifista e estamos muito longe do centro nervoso daqueles países que detêm a arma atômica, mas sabemos que o armazenamento de armas atômicas é suficiente para destruir o planeta Terra.

Quero aqui dizer que o prefeito de Hiroshima pediu ao presidente dos Estados Unidos Barack Obama, ao primeiro ministro do Japão Shinzo Abe, aos dirigentes de todos os países para que lutem com todas as forças para banir a bomba atômica da face da terra.

O prefeito de Hiroshima Kazumi Matsui fez o pedido, orando de joelhos para que Deus nos proteja para que nunca mais aconteça essa tragédia como aconteceu em Hiroshima e Nagasaki.

Eu, como médico, sei do malefício que causa após a detonação da bomba atômica, como a leucemia, câncer ósseo, hepático e cerebral, câncer de todo tipo que as pessoas vítimas da bomba atômica contraem pelo resto da sua vida, inclusive transmitindo também defeitos físicos para seus descendentes.

Sra. Presidente em exercício, Sras. Deputadas e Srs. Deputados do maior parlamento da América do Sul, trago aqui essa preocupação de todo o mundo. Nagasaki e Hiroshima são duas cidades vítimas da primeira agressão com a bomba atômica e esperamos que isso nunca mais aconteça. Queremos ser ouvidos principalmente por aqueles que são malucos, teimosos, insensíveis que não amam o próximo, aqueles que querem o poder a qualquer preço, não importando os meios para se conseguir.

Guerra não serve para ninguém!

Termino a minha fala de hoje, dizendo que a paz mundial é dever de todos. É a frase que eu trouxe de Moscou quando da minha viagem à Rússia. É uma frase que li no aeroporto de Moscou e que quero aplicar quando presenciamos a guerra entre árabes e judeus.

Coloquei em vários muros desta cidade esta frase: “Paz mundial é dever de todos”.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahnö. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.)